

POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Recebido em 26 de setembro de 2019

Aprovado em 6 de novembro de 2019

Pesquisar, ensinar, mas também divulgar

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.31936>

Marcos Bagno

Tem graduação em Letras (Bacharelado em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. É professor Associado do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB). É colaborador do Programa de Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Tradução, Sociolinguística e ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: prática de tradução francês/português, ensino de português, sociologia da linguagem, política linguística, gramática tradicional e português brasileiro.

E-mail: bagno.marcos@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8688-0824>

Costumo dizer que o encontro com a sociolinguística, na graduação, me deixou muito aliviado porque descobri que não precisava inventar um campo de estudo que unisse meus dois maiores interesses intelectuais: o estudo da sociedade e o estudo das línguas. Nascido e crescido numa família assumidamente de esquerda (meu pai respondeu a inquérito político-militar na ditadura por sua filiação comunista), a perspectiva social sempre tem orientado meus estudos, minha produção e minha atuação pública, com todas as consequências (positivas, mas também negativas) que isso acarreta.



Ao estudo sobre as relações entre linguagem e sociedade decidi unir então minha prática literária, porque antes de tudo me defino como escritor. Minha carreira literária se iniciou em 1988, quando recebi o Prêmio Bienal Nestlé de Literatura, na época o mais importante prêmio literário brasileiro, por um livro de contos, *A invenção das horas*. A ele se seguiram outros, como o Prêmio João de Barro de literatura infantil e o Prêmio Carlos Drummond de Andrade de Poesia, em que obtive os dois primeiros lugares, além do Prêmio Jabuti, em 2012. Foi quase inevitável, portanto, que minha primeira obra no campo da linguística surgisse sob forma de narrativa ficcional: *A língua de Eulália – novela sociolinguística*, publicada em 1997.

O objetivo da novela era mostrar que as variantes linguísticas empregadas pela população pouco letrada, tanto urbana quanto rural, variantes rotuladas como “erros” pela parcela mais letrada, tinham razão de ser, não resultavam de algum tipo de “déficit cognitivo” supostamente inerente às pessoas dessas camadas sociais, que seriam incapazes, por isso, de aprender as formas “corretas” de uso da língua. O argumento de “déficit”, como se sabe, tem sido a cortina de fumaça ideológica com que se pretende ocultar a verdadeira causa do não acesso das pessoas pobres às formas prestigiadas de falar: a monstruosa disparidade socioeconômica que faz do Brasil um dos países mais injustos do planeta.

No livro, adotei um modo de apresentar os fatos linguísticos do português brasileiro contemporâneo que se tornou recorrente em meu trabalho. Por um lado, o recurso à *história da língua*, com o objetivo de demonstrar que muitos dos supostos “erros” são de fato resquícios de outras épocas ou a continuação de processos de mudança que os falantes menos letrados levam adiante: o caso mais claro é o da rotacização do [l] em palavras como *grobo*, *praca*, *chicrete* etc., que corresponde ao que ocorreu em épocas mais antigas, quando o latim *sclavu-* se tornou *escravo*, ou o germânico *blank* se

tornou *branco*. Por outro lado, o recurso à *comparação* com o que se dá em outras línguas: por exemplo, a pronúncia deslateralizada da consoante que se escreve <lh>, que leva a realizações como “paia” para *palha* ou “trabaiio” para *trabalho*. Essa deslateralização ocorreu no francês no século 18 e hoje é a única pronúncia admitida pela norma-padrão da língua. Também em espanhol o que se escreve <ll> apresenta uma grande variação nas diferentes comunidades que falam a língua. Há, portanto, explicação para todo e qualquer suposto “erro”, o que procurei sintetizar na frase *nada na língua é por acaso*, título de um livro publicado em 2007.

Além de apresentar as formas linguísticas que sofrem maior estigma social por estarem associadas às camadas mais pobres da população, também mostro no livro que muitos dos supostos “erros” também comparecem na fala (e até na escrita) de pessoas altamente letradas, como a não-concordância do verbo com seu suposto sujeito nas construções com o pronome *se* (a surrada questão do “aluga-se salas”), já que não se trata de sujeito, mas de objeto direto.

Os temas debatidos em *A língua de Eulália* atraíram a atenção de algumas pessoas que me convidaram a falar deles em público. Nessas falas, assumi deliberadamente um tom mais militante, de denúncia mesmo contra a discriminação social por meio da linguagem e de reivindicação pelo direito das amplas camadas pouco letradas ao letramento escolar e a todos os demais direitos garantidores da cidadania plena. Foi assim que, no final de 1998, meu grande amigo Marcos Marcionilo, que trabalhava então nas Edições Loyola, sugeriu que eu reunisse esses discursos e os publicasse em forma de livro. Desse modo surgiu *Preconceito linguístico*, publicado no início de 1999 (com o subtítulo “*o que é, como se faz*”), e desde então constantemente reeditado, sem dúvida a obra que me tornou conhecido e pela qual até hoje sou identificado. Em 2015, o livro mudou de casa, se transferiu para a Parábola Editorial, pelas mãos do mesmo Marcionilo, e passou por uma grande revisão, atualização e acréscimo de material, o que o deixou com quase o triplo de páginas da edição inicial.

Em *Preconceito linguístico*, o foco recai sobre um conjunto de ideias de senso comum (que rotulo de “mitos”) que circulam na sociedade e que, sem nenhum fundamento racional ou comprovação empírica, configuram uma ideologia linguística que serve de base, precisamente, para a discriminação das pessoas em razão de seu modo de falar. São ideias como as de que o Brasil constitui um “milagre linguístico” porque todo mundo se entende perfeitamente em todos os cantos do país; de que só os portugueses falam bem a língua que, afinal, “é deles”; de que é preciso saber gramática para falar e escrever bem etc. O livro também ataca o que nele chamo de *comandos paragramaticais*: programas de televisão e rádio, colunas de jornais e revistas, páginas da internet etc. que se dedicam a ensinar o “português correto”, insistindo no uso de formas há muito tempo abandonadas até mesmo na escrita ficcional consagrada e, com isso, ajudando a cristalizar aqueles mitos e contribuindo para aprofundar a já baixa autoestima dos brasileiros em relação a sua língua.

Meu percurso acadêmico foi, assim, bastante *sui generis*, porque em 1999 eu ainda cursava o doutorado (na Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Ataliba de Castilho, com tese defendida em 2000) e não estava filiado a nenhuma instituição de ensino superior (só em 2002, mediante concurso, ingressei na Universidade de Brasília). O impacto daquele pequeno livro foi (e em boa medida ainda é) bastante notável e digo, sem modéstia, que a própria noção de “preconceito linguístico” se tornou amplamente usada e conhecida graças a ele, embora, evidentemente, já aparecesse em outras publicações e documentos (como os Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997). Hoje em dia, são muitas as páginas de internet dedicadas ao tema (com vários perfis nas redes sociais), assim como incontáveis vídeos em plataformas digitais. O assunto também passou a figurar sistematicamente nos livros didáticos, quando neles se dá algum tratamento da variação linguística.

É claro que um tema como esse e numa linguagem marcada por um tom militante não podia deixar de suscitar a reação de alguns setores ideologicamente conservadores (quando não claramente fascistas) da sociedade. Felizmente, tem sido muito maior e significativa a recepção positiva, sobretudo da parte de muitos colegas e, mais ainda, dos professores em formação e em atuação. No entanto, com a chegada ao poder no Brasil, de maneira comprovadamente fraudulenta, do que existe de mais abjeto em nossa sociedade, um projeto de governo voltado para a destruição sistemática da educação pública, prevejo que discussões como a que envolve a discriminação por meio da linguagem venham a sofrer todo tipo de censura e mesmo de perseguição, uma vez que a discriminação social – o racismo, o sexismo, a homofobia etc. – é o sustentáculo desse regime que promove a ignorância e combate à cultura e à ciência.

Minha preocupação com a educação linguística e, principalmente, com a formação docente me levou a escrever e publicar diversas obras, das quais destaco a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de 2012. Diante de uma formação docente que apresenta graves lacunas, tentei reunir nesse livro o máximo possível de fundamentação teórica e de sugestões didáticas, o que resultou numa obra com mais de mil páginas. O interesse na formação dos professores de língua é que me levou a usar o adjetivo *pedagógica* no título.

Ao campo específico da sociolinguística procurei dar minha contribuição por meio da tradução de textos clássicos da área até então inéditos em português: *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (2006), de U. Weinreich, W. Labov e M. Herzog, publicado originalmente em 1968 e considerado como o texto fundador do variacionismo; e *Padrões sociolinguísticos* (2008), de W. Labov, publicado em 1972, livro que consagrou o autor como o nome mais importante da disciplina. Em 2017 publiquei o *Dicionário crítico de sociolinguística*, num esforço de compilar os mais importantes conceitos das várias disciplinas que lidam com as relações linguagem-sociedade: sociolinguística variacionista, sociolinguística interacional, sociologia da linguagem, antropologia linguística, análise do discurso etc.

Em sua contribuição a este mesmo espaço no número anterior de *LaborHistórico*, o professor Carlos Alberto Faraco se referiu ao fato de que “os saberes que se produzem na Linguística encontram uma enorme resistência no senso comum, talvez como em nenhuma outra área da ciência”. É precisamente contra essa resistência que alguns de nós, linguistas e educadores, temos nos empenhado em construir pontes entre o saber acumulado em décadas de pesquisa científica e o público em geral, especialmente as pessoas que lidam profissionalmente com a linguagem: professores, jornalistas, tradutores, revisores, editores etc. Digo “alguns de nós” porque, infelizmente, muitos colegas preferem não se dedicar a esse trabalho de divulgação e popularização, o que só serve para manter a nossa ciência enclausurada nos centros de pesquisa e, ao mesmo tempo, vulnerável à preservação de tantas ideias irracionais sobre a língua e seu funcionamento que circulam no senso comum e sustentam outras formas de discriminação social.